

# A infância e seus destinos no contemporâneo\*

Lucia Rabello de Castro

## RESUMO

Partindo de uma concepção construcionista da infância, este artigo discute a afirmação de uma morte da infância no contemporâneo, frente às transformações que tendem a minimizar as diferenças entre adulto e criança. Pretende-se aqui neste trabalho exercitar novas possibilidades de se narrar a infância num duplo desdobramento: que estas narrativas possam localizar novas produções subjetivas dentro das mudanças histórico-culturais; e que a tentativa de se pensar o novo no contemporâneo possa também ser acompanhada de uma crítica cultural, ou seja, uma visão ético-política sobre nossa época. **Palavras-chave:** Infância; Consumo; Lógica da circulação; Analítica geracional; Crítica cultural.

**F**alar em destinos da infância no contemporâneo enseja revisitar o conceito de infância, tal como se delinea no imaginário moderno, e serve de noção paradigmática para as avaliações que atualmente fazemos sobre o que acontece com as crianças e a infância de hoje. Falar em destinos da infância no contemporâneo nos conduz a refletir sobre nossos sonhos e nossas decepções, uma vez que a infância e outras noções como o tempo ou a morte nos provocam sobre os sentidos de nossa existência, mais precisamente sobre nossas origens. Neste trabalho, gostaria de problematizar algumas avaliações sobre a infância hoje, que se traduzem num mal-estar e numa inquietação que, creio eu, são resultado do apego a certas noções de infância, que, uma vez naturalizadas, servem de cânones a outras possibilidades de se fazer a infância. Em segundo lugar, gostaria de indicar como as condições do contemporâneo podem dar lugar a um *pessimismo crítico e ativo*, no sentido de que, evitando-se qualquer euforia, se possam reconhecer as perdas, o tempo e a infância que passaram, e apostar e agir no presente para a construção de outras

---

• Texto recebido em abril de 2002 e aprovado para publicação em maio de 2002.

\* Versão parcialmente modificada do trabalho apresentado no III Colóquio do Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância (Lepsi), da Faculdade de Educação da USP, out./2001.

alternativas. Assim, o contemporâneo não está nem na divisa do triunfalismo do “fim da história”, como o momento de desenlace da trajetória humana, nem na sua versão apocalíptica de que o que é bom está ameaçado de extinção ou totalmente perdido. O contemporâneo não parece nem melhor nem pior do que qualquer outro momento da história humana. Resta, entretanto, entendê-lo melhor.

Freqüentemente tem-se afirmado que a infância *acabou...* Como e por que a infância, e somente a infância, pode ser considerada como morta, acabada? Por que não surge com igual força simbólica, no horizonte de inquietações pertinentes ao espírito da nossa época, a morte da adolescência, ou ainda da adultidade? Acabou a adultidade? Parece que não. Se só a infância pode morrer, e morre basicamente para nós adultos (as crianças não me parecem tão preocupadas a respeito de sua própria morte!), talvez não seja de todo impertinente indagar qual a ansiedade/angústia de morte que a infância de hoje nos evoca? Que profundos complexos são mobilizados em nós adultos para que perguntemos, cheios de temor e inquietação, “morreu a infância”? como? por quê? Ou ainda, de quem foi a “culpa”? quem a matou?

No documentário feito recentemente (2000) aqui no Brasil chamado **A invenção da infância**, a diretora Liliana Sulzbach desenvolve duas idéias: a de que a infância – frágil e inocente – é inventada a partir do Renascimento e consolidada nos Setecentos e Oitocentos; e de que esta infância – que se apresenta como ideal – se encontra ameaçada nos dias de hoje, seja pela exploração do trabalho infantil, seja pela competição e individualismo exacerbados numa cultura de consumo que “adultiza” precocemente as crianças. Assim, conclui a diretora: ser criança não significa ter infância.

Busco este exemplo na filmografia para reforçar a tese freqüentemente reiterada: a de que a infância moderna está ameaçada de extinção; e que este fato é lamentável, justamente pela perda dessa infância tal como a concebemos: inocente, frágil, pueril.

A afirmação da morte da infância deve ser discutida, tendo-se em vista quatro dimensões fundamentais:

- 1) a infância como uma construção;
- 2) a infância como um construto relacional;
- 3) a produção social da diferença; e
- 4) o sentido ético-político das construções humanas.

Em primeiro lugar, parece-me que, *après Ariès* e o trabalho da historiografia francesa moderna, pode-se considerar a infância como “instituída” pelas condições de cada época histórica. Mesmo que a imaturidade biológica, não certamente a infância, seja um aspecto universal dentro das sociedades humanas, a instituição “infância” assume “naturezas” que variam segundo épocas e condições históricas diferentes. Assim, podemos dizer que a infância é uma construção de cada grupo social e não um “em si”, uma essência. Neste sentido, a afirmação sobre a morte da infância é isotrópica àquela na qual a infância foi “inventada”: as duas afirmações levam em conta o caráter construcionista do saber sobre a infância. A primeira, no entanto, guarda uma certa nostalgia, em relação a uma infância perdida, o “objeto bom” dos psicólogos (Bradley, 1991), ou o “objeto bom” dos

adultos que se sentem nostálgicos a respeito de algo que perderam, do tempo que passou e que não volta mais.

A segunda dimensão diz respeito ao sentido da infância – e quando se fala em sentido, estamos falando de construções humanas, enquanto práticas discursivas, sociais e lingüísticas – sentido que é sempre relacional. A infância se move no registro das nossas construções discursivas como aponto a adolescência, a adultidade e a senescência. Assim como homem e mulher, criança e adulto são construções que se definem reciprocamente e, como dispositivos discursivos para a ação e orientação no mundo, surgem marcados pela posicionalidade, ou seja, os discursos não são neutros, mas construções da realidade, a partir de condições de materialidade e posições de poder. Assim, as definições do que seja a criança e o adulto estão sempre enquistadas nas lutas, nos embates, nos confrontos e atritos entre os vários grupos de interesse da sociedade. Em geral, o que observamos no jogo de forças, dentro das sociedades modernas, é que a infância permanece invisível na história, nas descrições sociais e demográficas (Qvortrup, 1993), acarretando pouca importância às provisões para as crianças, de um modo geral. Tal “desconsideração estrutural” (Kaufman, 1990) sobre a infância reflete uma construção adultocêntrica, já que são os adultos que mais podem definir quem são, como são e devem ser as crianças, e qual é a quota a que têm direito, na repartição de riquezas da sociedade.

A terceira dimensão diz respeito à construção social das diferenças, enquanto marcas de uma posicionalidade distinta entre adultos e crianças. Crianças e adultos são, em qualquer cultura humana, nos dizem os antropólogos, considerados diferentes, mas sabe-se que essa diferença varia segundo épocas e culturas, ou seja, a diferença é produzida social e historicamente. Assim, a afirmação de que a “infância acabou” desconsidera a produção social da diferença, uma vez que o que morre é *aquela infância* que conhecemos num determinado momento histórico, ou seja, a mesma diferença entre adultos e crianças não permanece. Passamos a temer pela ausência da diferença que marcava as relações entre adultos e crianças, como quando, por exemplo, se anuncia a “adultização” da infância.

Enfim, a quarta dimensão por onde se poderia dialetizar a proposição de uma morte da infância diz respeito a *um sentido ético e político* da construção da sociedade humana e, nesse sentido, da própria infância enquanto possibilidade humana. Assim, a morte da infância parece constituir-se como co-terminal a outros aspectos diagnosticados da nossa época, como o fim (ou, se o quiserem, a morte) da história, a morte do sujeito e assim por diante. Significa que em todos estes casos parodiamos tão somente o fim, mas principalmente afirmamos implicitamente a impossibilidade do sonho, da utopia, da vontade política de um destino melhor, tanto para a história, como para o sujeito ou para a criança. Significa, outrossim, o amortecimento da responsabilidade, frente ao *status quo*, pois frente à morte o que o homem/mulher podem fazer? Recusa-se, portanto, a construção da história humana, do sujeito e da infância, enquanto produtos da agência humana, o que demanda a permanente retomada e reelaboração de caminhos e de lutas.

Certamente, essas quatro dimensões são fundamentais para posicionar a infância dentro de outra perspectiva que pretende reconhecer a infância como resultado da obra

humana, assim como as crianças como atores no processo social. Assim, gostaria de percorrer e dar conta de alguns pontos auspiciosos no âmbito dessas quatro dimensões, de modo que se criem turbulências produtivas e necessárias para irmos além da apreensão e da afirmação de uma suposta morte da infância.

### ADULTO RACIONAL, CRIANÇA IMATURA...

A infância moderna, figurada como inocente, frágil, imatura e dependente, alavancou as práticas de proteção e controle, por parte da família e do Estado modernos. Dessa forma, a relação de tutela e dependência a que foi submetida tornou-se um índice do percurso civilizatório *universal* a ser apoteoticamente realizada no adulto, branco, independente, individualizado, senhor da vontade e da razão. A figuração de fragilidade e inocência da infância só se realizou em conjunção com esta outra figuração, a do adulto, racional e autônomo. De posse da *Ratio*, o sujeito adulto é supostamente libertado da “natureza”, naquilo que aí o escraviza como as paixões, o mito, a irracionalidade. Adquirindo, pois, uma “segunda natureza” constituída de racionalidade, o sujeito humano, ao longo do seu processo de *desenvolvimento*, transforma-se para dominar a si e a natureza.

Para os frankfurtianos, no entanto, como T. Adorno ([1944], 1986), esta *démarche* dá lugar a uma pseudolibertação do homem, uma vez que o domínio e a objetificação da natureza criam condições objetivas às quais o sujeito humano se submeterá crescentemente. Além disso, o domínio da natureza é extensivo ao domínio dos outros homens. Portanto, essa forma histórica de razão, a razão instrumental, não se constituirá um caminho de libertação, mas de uma crescente “administração do mundo” onde todos estarão dominados.

Ulisses, segundo Adorno, é o herói emblemático deste racionalismo que, através da sua Odisséia – com dor e renúncia –, precisa livrar-se dos preconceitos para ascender à sua verdadeira condição humana. Analogamente, na trajetória ontogenética, a criança só ascenderá “ao real do humano”, ou seja, à racionalidade, à individualização e à autonomia, por um processo de depuração de suas características ditas infantis. Para tal, institucionalizam-se os processos de tutela, proteção e socialização necessários à consecução do Ulisses moderno.

A conquista da racionalidade não se faz sem ascetismo e renúncia que se tornam os vetores que arrancam e desenraízam o sujeito humano da naturalidade da espécie, do embrutecimento dos sentidos e das paixões, dos mitos e da “particularidade sofredora” onde cada sujeito não se vê ainda como parte deste *telos* irreversível da história, que é o progresso. Adorno fala da “interiorização do sacrifício” que é a ideologia pela qual todos vão se imbuir da necessidade da renúncia, em prol do caminho da história humana que é o progresso. Principalmente as crianças devem se submeter aos processos sistemáticos de socialização que a encaminhem dentro dos moldes de realização e sucesso de uma idade ulterior.

Criança moderna, figurada na inocência, e adulto moderno, figurado na completude da *Ratio* instrumental, articulam reciprocamente o balizamento subjetivo engendrado pelas novas condições do mundo moderno. Narrativa que se pretende universal, centrada na mentalidade colonialista e autocentrada do homem branco europeu. A necessidade de conservação (segurança e lucro) foi elevada à categoria de ideologia, dentro do liberalismo econômico, e dos processos de racionalização crescentes da vida que acabaram por aniquilar os sujeitos particulares, subsumidos na burocracia administrativa do Estado moderno ou na Razão Absoluta dos estados totalitários. Assim, o sujeito particular – seja criança, seja adulto – se constituiu dentro de uma única e inequívoca trajetória que lhe determinou sua condição de existência. Para a criança, a narrativa moderna determinou sua condição universal de despreparo e inocência, posto que, num momento ulterior, frente às exigências da modernidade econômica, superado o infantil, se daria lugar ao adulto preparado para o domínio de si, do outro e da natureza.

A ficção universalizante da infância – como também da adultidade – encerra a reificação do conceito de ser criança, através de práticas histórica e culturalmente situadas, como, por exemplo, ser criança é ir para a escola, é brincar, é não ter responsabilidades, é não precisar trabalhar e assim por diante. Por mais que o direito positivo ocidental tenha recentemente manifestado a preocupação com a criança, vista como um sujeito de direitos, através da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), problematiza-se também sua racionalidade universalizante. Os cento e oitenta e um países signatários desta Convenção se conformaram a uma visão de criança e de sociedade, passando por cima de situações culturais particulares que fazem da infância e dos valores a ela atribuídos algo diferente do que quer a visão dos países centrais.<sup>1</sup>

A infância universalizada nas práticas socioculturais que lhe deram um estatuto de inocência e fragilidade não seria, então, a meu ver, nada mais que uma narrativa, uma ficção por onde a racionalidade ocidental moderna construiu, através de marcos etários rígidos e universais, o acesso à “idade da razão”, ou ainda, à plena cidadania, dentro de uma sociedade que se quis igualitária e livre. Esta infância por certo hoje morre, e acrescentaria, deve morrer, na medida em que, enquanto narrativa que orienta a ação no mundo dos vivos, se torna cada vez mais inadequada para explicar a relação entre adulto e criança, no mundo contemporâneo. Aliás, talvez, já tenha nascido inadequada, uma vez que, segundo Alanen (1994), evoluiu de uma perspectiva sectária – a urbana, domesticada no âmbito da família burguesa das classes médias, e ordenada pelos padrões do Estado-nação, tornando-se modelar e universal. Morre esta infância apenas para dar lugar a outra ou outras, que, também por nós inventadas, poderão nos guiar na construção das nossas possibilidades individuais e coletivas.

---

<sup>1</sup> Para uma discussão deste tema, ver a obra organizada por Eugeen Verhellen (1999), *Understanding children's rights*. Gent: Children's Rights Centre, University of Gent.

## INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA: NOVAS NARRATIVAS

A invenção de novas narrativas da ou sobre a infância reconhece a infância como posição estruturante nos processos sociais na cadeia geracional, por onde tanto a produção como a reprodução cultural e institucional se realizam. Assim, no bojo de uma analítica geracional, a infância pode ser vista como uma posição que não só gera saber sobre si própria e, portanto, também concorre para se autodeterminar e se autoconstruir, como também engrossa as perspectivas sobre o mundo social, co-atuando com seus parceiros de gerações antecedentes.

Quando se pensa a infância, tendemos a percebê-la, usando uma expressão de Niklas Luhman (1991), como uma “máquina trivial”, ou seja, uma que transforma *inputs* em *outputs* sem qualquer função de transformação. Ainda segundo Luhman, se as crianças fossem “máquinas triviais”, aprendendo, por exemplo, apenas o que lhes é ensinado por suas professoras, respondendo apenas da forma como lhes é putativamente apontado como correto, a espécie humana já teria sido eliminada há muito tempo. Assim, a sociedade (dos adultos), o conhecimento instituído, como também as relações sociais legitimadas, são permanentemente transformadas por aqueles que, mesmo tendo menor poder de definir a realidade, atuam na sua construção.

Poderia exemplificar a afirmação de que a infância constitui um aspecto estruturante das sociedades, observando sua participação no mundo do trabalho, já que as crianças, enquanto uma categoria ou posição social, são parte integrante da divisão social do trabalho em qualquer sociedade humana, mesmo na nossa em que seu trabalho se restringe ao escolar. Certamente o trabalho escolar das crianças serve para consolidar práticas e saberes no mundo do trabalho em geral, como por exemplo, a crescente demanda por um tipo determinado de trabalho adulto baseado cada vez mais na decifração de códigos escritos. Ou seja, nas sociedades industriais modernas, o trabalho dos adultos, nos setores industriais e de serviços, exige a habilitação na leitura e na escrita, exigindo processos de iniciação ao longo de certo tempo. O tempo das crianças e suas atividades foram colonizados em função dessa nova realidade social e econômica, fazendo com que as crianças se encaminhassem para “seus novos locais de trabalho”, isto é, a escola.

A divisão geracional do trabalho deve ser encarada diacronicamente; e, seguindo o discurso marxista, se as máquinas são trabalho vivo coagulado, então, pode-se seguramente afirmar que as qualificações básicas dos adultos necessárias nas sociedades industriais são trabalho infantil coagulado (Wintersberger, 2001). Deste modo, crianças e adultos são parceiros na construção do mundo em que vivemos, mesmo que as primeiras estejam historicamente invisibilizadas pela definição social de que são um “passivo” ou “um custo social”. Quando a infância é definida como tal, legitima-se sua posição de pouca importância nas políticas públicas e na repartição das riquezas socialmente geradas, através de um processo cultural de menorização ou familiarização.

Creio, portanto, que as novas narrativas sobre a infância devem reconhecer sua posição estruturante nas relações sociais onde a permanência e a mudança social se dão. As-

sim, no quadro de mudanças sociais, das formações proto-capitalistas às formações do capitalismo tardio, vemos passar diante de nós novas posições no que se refere à infância. Inicialmente tínhamos a posição das crianças restrita ao papel de futuras produtoras, no âmbito da lógica de produção do capitalismo, quando a infância pode ser considerada coadjuvante do adulto, na medida em que se prepara, através do trabalho escolar, para assumir seu lugar eventual de trabalhador e cidadão. Em seguida às mudanças operadas no bojo do sistema capitalista, que introduziram uma diacronicidade crescente entre produção e consumo, e uma preponderância dos valores de troca sobre os valores de uso, avança-se a dimensão do consumo nas sociedades capitalistas modernas, e com isso, o papel do consumidor. A infância passa, então, a se situar numa nova efetividade social, enquanto consumidor. A lógica do consumo traz visibilidade para a infância, na dinâmica social, como um parceiro ativo, não somente no tocante ao direcionamento do que se produz, como também no reordenamento de questões sobre a infância. Como exemplo, colocaria que é justamente no âmbito das transformações da cultura de consumo que se articulam as indagações sobre a morte da infância, já que num processo aparentemente “adultizado” as crianças (não todas, mas certamente aquelas bem nascidas) competem com os adultos na reivindicação do lazer, do consumo de bens simbólicos e materiais.

Estaria argumentando, então, que diferentes narrativas sobre a infância podem ser vistas como articuladas a movimentos sociais mais amplos, organizados em torno dos processos de geração e apropriação de riqueza, informação e poder. Neste sentido, gostaria de avançar um pouco mais na consideração sobre novas possibilidades de se narrar a infância hoje, ousando pensá-la inserida no quadro das mais recentes transformações do contemporâneo que apontam para a emergência de novos sentidos relacionais entre criança e adulto. A tese que apresento a seguir é apenas tentativa e esquemática, um esforço para tonificar a imaginação e eludirmos à esclerose teórica.

## DA LÓGICA DO CONSUMO À LÓGICA DA CIRCULAÇÃO

Nos últimos cinco a seis anos, tenho me debruçado sobre a questão das cidades como um novo palco de contratualidade social, uma nova condição de subjetivação no contemporâneo. A metrópole de hoje, diferentemente da grande cidade de cinquenta anos atrás, se tornou o epicentro dos processos de troca, como também de produção e irradiação de novos valores e signos da cultura. É na cidade que também se enfrenta, se assimila e se transforma o impacto da crescente desterritorialização dos elementos culturais num processo vertiginoso de fragmentação e desconexão de tudo à nossa volta – pessoas e objetos. Portanto, vivemos um tempo onde tudo parece descontextualizado de seu lugar, de sua origem e de sua história. Buck-Morss (1990), referindo-se a W. Benjamin, coloca que hoje o vagar pelas ruas aciona uma nova forma de apreensão e sentido: a da fantasmagoria na qual os objetos parecem estar divorciados da história de sua produção e os sentidos parecem resultar de relações absolutamente ao acaso, dados talvez pela mera apa-

rência. Fredric Jameson (1996) também observou, em certo momento, o sentido eminentemente espacial, em detrimento do temporal, que reconecta os elementos do cotidiano urbano.

Nessa nova ordem, ou desordem, de condições subjetivantes, parece que os sujeitos se vêem constantemente interpelados a passarem de um lugar a outro, a experimentarem outras posições, onde o espaço pode ser entendido, tal como coloca Santos (1996), não como um receptáculo da ação, mas como um “conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Assim, o deslocamento na cidade permite ao sujeito novas percepções, ações e sentidos, ainda que, seguindo Benjamin, estes sejam inicialmente da ordem da ilusão. Este permanente deslocar-se, o movimento e a circulação necessários à vida na cidade, epitomizam as múltiplas e diversas possibilidades de identificação para o sujeito contemporâneo.

Devem-se a M. Santos (1994, 1996, 2000, 2001) as indicações de que o território constitui-se dinamicamente, revelando “zonas de densidade” e “zonas de rarefação” que mostram diferenciais quanto à presença de coisas e de objetos, de homens/mulheres/crianças, assim como o movimento destes, o da informação e o do dinheiro. A questão das desigualdades remete também a diferenciais de densidade entre partes do território, onde algumas estão providas de maiores informações e próteses do que outras.

Hoje, segundo Santos (2001, p. 261), surge a necessidade de “criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc.” Onde se dá grande circulação, constata-se uma *fluidez do espaço*, o que representa maiores possibilidades para os sujeitos de acessarem a informação e outros recursos sociais e culturais disponíveis. Assim, para o que nos interessa aqui analisar, do ponto de vista do sujeito contemporâneo, ou da criança de hoje, vemos surgir uma outra lógica de socialidade e subjetivação – a da circulação. A desigualdade territorial quanto à *fluidez* significa a impossibilidade de muitos terem acesso a bens simbólicos e materiais que estão disponíveis para outros (e aqui também me refiro a espaços virtuais de circulação). Quando se pensa na *fluidez* dos subespaços da cidade contemporânea, por exemplo, nos damos conta de que muitas crianças não têm acesso à sua diversidade, ao seu cosmopolitismo, por estarem guetificadas em espaços “opacos”, na acepção de Santos, ou seja, espaços que acumulam menor ou nenhuma densidade de técnicas e informações, e portanto, menor capital, tecnologia e organização.

Assim, a complexidade do cosmos, ou do planeta, se o preferem, presentificada na cidade plural e *cosmopolita*, instaura novas demandas de multilocalização e multipertencimento, através de um processo de contínua e centrífuga expansão subjetiva. Estou falando, então, de um processo que se observa hoje, tanto para crianças como para adultos, igualmente submetidos a esta nova lógica, ainda que crianças tenham, por força das outras posições em que se situam nas práticas sociais, muito mais restrita sua circulação na cidade.

## DA DEAMBULAÇÃO À RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Interessa-me pensar aqui de que forma a lógica da circulação, como condição subjetivante no contemporâneo das grandes cidades, mesmo que conjugada a outras lógicas, como a da produção e a do consumo, possa servir para se pensar em novas possibilidades de se narrar a infância. Não vou poder argumentar exaustivamente os meandros desta proposição, mas talvez apresentar seus pilares.

À infância hoje é demandado inserir-se na ordem social – protagonizada pela cidade contemporânea – como quem também está aí, ou seja, quem aparece. A lógica da circulação e do deslocamento favorece, mesmo que de forma incipiente e canhestra, a reunião, o reaparecimento dos atores sociais, através mesmo da deambulação, ou seja, do convite ao movimento e, através dele, à estrangeirização (Castro, 1998). Percebo aí um processo de desinstalação da infância das posições e lugares onde sempre esteve na modernidade: basicamente na família e na escola, para vir a ocupar outras posições, como a de habitante, ocupante e “possuinte” da cidade. Ou seja, para mim, a infância, ou melhor, as crianças hoje enredam-se também no processo de ocupar e conquistar a cidade onde moram, o que explicita sua aparição no cenário social não apenas como consumidora, ou potencial trabalhador, mas como a que também exercita sua aparência e sua presença no tecido social.

De que modo? Em geral, se tende a considerar o transiente, ou transeunte, na cidade apenas como aquele que passa, e portanto, apenas olha a cidade, restringindo-se ao desfrute efêmero do olhar – “as simpatias de última vista”, de que fala Walter Benjamin (1973). Neste sentido, a diversidade da cidade se coloca para o sujeito somente como objeto do gozo visual – uma suposta relação de controle, dominação e objetificação. Percebo isso como um dos aspectos por onde se pode tematizar a lógica da circulação. Um outro, talvez menos tematizado, diz respeito às possibilidades de que a aparência favoreça processos inéditos de convivência, ao fazer valer e acolher outros atores na cena social. Tomo aparência, aqui, no sentido caro a Hannah Arendt, que vai problematizar o estatuto menor que tem sido dado às aparências como fonte de saber. Arendt (1995) afirma que a convicção que temos de que o essencial se encontra sob a superfície, e esta não é senão o superficial, está errada. Para Arendt, somos o que aparecemos, é na aparência que a vida social se constrói. Assim, gostaria de ousar, propondo que, ao lado do sentido meramente gozoso da aparência, tomada como transiência e efemeridade, o que poderia ser potencialmente despolitizante, há que se valorizar o sentido de tornar visível e de fazer aparecer que coloca os sujeitos sociais em reunião, pois quem aparece aparece para o outro.

Certamente, é neste sentido que reside um potencial politizante da aparência, politizante aqui no sentido arendtiano, ou seja, formador da *polis*, que não é senão a organização que resulta do falar e do agir em conjunto de pessoas. Segundo Arendt (1995, p. 112), esse espaço existe potencialmente “onde quer que os homens se reúnam... mas só potencialmente, não necessariamente nem para sempre”. Penso que a lógica da circulação, que instaura na cidade contemporânea o convite à deambulação e à aparência,

pode ser útil para pensar e narrar a infância hoje como novo ator que, enquanto elemento estruturante na cadeia geracional, se insere e participa dos processos de construção coletiva do mundo.

Quando menciono este último ponto, ou seja, a inserção e a participação da infância na construção coletiva do mundo, refiro-me a passagens e trajetões que se evidenciam ainda de forma elíptica e incipiente, mas que apontam na direção de que a infância ainda não acabou, apenas foi transvestida em outra, diferente da que nos acostumamos a perceber, o que culmina num certo estranhamento, ao se delinearem as feições desses novos parceiros na cena social.

A título de precária ilustração deste ponto, na minha argumentação, gostaria de trazer o trabalho que vimos desenvolvendo no nosso núcleo de pesquisa<sup>2</sup> sobre a presença e a participação da criança na cidade.<sup>3</sup> Em estudos empíricos e teóricos sobre este tema (Castro, 2001), tem sido possível vislumbrar a efetiva capacidade da criança e do jovem em discorrer sobre os aspectos inquietantes e perturbadores da vida em comum, como também de buscar alternativas ao *status quo*. A circulação e a presença da criança na cidade, ainda que transiente, colocam a criança e o jovem frente à pluralidade indisfarçável da vida coletiva que conduz hoje, de forma contundente, ao problema das diferenças e das desigualdades sociais. Temos visto, então, crianças e jovens com experiências culturais distintas que *operam* política e socialmente, ao analisarem e produzirem ferramentas simbólicas de entendimento das grandes mazelas da convivência brasileira que são as desigualdades sociais. Neste sentido, creio que o perambular pelas ruas, os deslocamentos na cidade, o aprender deambulatório e aparentemente ocioso, quando se está nas ruas, pode ser o início de uma cultura política para crianças e jovens, ao colocá-los frente aos diversos e desiguais modos de existência numa mesma cidade. É claro que nem todos, e nem da mesma forma, podem recuperar, através dos diferentes modos de circulação e aparência, uma leitura política e culturalmente engajada.

Assim, para muitas crianças com quem conversamos, as cidades em que moram encerram o débito de uns para com os outros, dos privilegiados que “ocupam” espaçosamente a cidade, apoderando-se de tudo de bom que aí existe, em relação aos que vivem oprimidos e excluídos. Para outras crianças, a leitura da desigualdade se reduz à eficiente articulação do remédio e sua respectiva cura, ou seja, conjugar racional e tecnicamente o desastre social com a maneira de resolvê-lo. De qualquer forma, das inúmeras leituras que crianças e jovens podem fazer das desigualdades sociais, o que gostaria de enfatizar aqui é que estamos diante de uma outra infância, a que por força do desenclausuramento das

---

<sup>2</sup> Nipiac – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas, da UFRJ.

<sup>3</sup> Projeto de pesquisa “Subjetividades contemporâneas: a infância e a adolescência no contemporâneo brasileiro”, apoiado pelo CNPq e Faperj, biênio 1996-1998; projeto de pesquisa “Cidade, consumo e cidadania: crianças e jovens no Brasil contemporâneo”, apoiado pelo CNPq e Faperj, biênio 1998-2000; projeto de pesquisa “O igual, o estranho e o inimigo: socialidades urbanas no Brasil contemporâneo”, apoiado pelo CNPq e Faperj, biênio 2000-2003.

condições que a modernidade lhe impôs, nos espaços-tempos da escola e da família, constituiu-se de outra forma, inserindo-se de modo a resgatar uma cultura e uma vida em comum construída por todos e para todos. É bem-vinda aqui a reflexão de Raymond Williams (1978), colocando que uma cultura comum não é separável de uma mudança socialista radical que requer participação democrática e a colaboração em todos os níveis da vida social, mas que justamente por isso – porque requer uma imensa e complexa rede de colaboração – não pode ser nem prevista nem totalmente conhecida.

Termino, então, deixando em aberto as inúmeras possibilidades que o tempo presente encerra para nós adultos, no tocante a renarrar e ressignificar a infância. Neste sentido, não veria motivo de angústia, frente à afirmada morte da infância, mas sim da angústia por não encontrar novos significantes e metáforas que delineiem para nós sua nova face, transformada, que ronda imperceptível e cabreira, frente às nossas teorias de antanho.

### ABSTRACT

Departing from a constructionist approach on childhood, this paper discusses the issue of the death of childhood in contemporary times once the transformations that tend to minimize differences between adults and children are taken into account. In this paper new possibilities to narrate childhood are set forth in a twofold implication: first of all, that these narratives can figure out new subjective productions as engendered by the historical and cultural conditions of our times; secondly, that the attempt to think new productions can set in motion a critical perspective, that is, an ethical and political outlook on our contemporary situation.

**Keywords:** Consumption; Circulation logic; Generational analytics; Cultural criticism.

### Referências bibliográficas

- ADORNO, T.; Horkheimer, M. [1944]. O conceito de esclarecimento. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- ALANEN, L. Gender and generation: feminism and the “child question”. In: Qvortrup, J. et al. (Org.). **Childhood Matters: social theory, practice and politics**. Avebury: Aldershot, 1994.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- BENJAMIN, W. The Paris of the Second Empire. In: **Charles Baudelaire, a lyric poet in the era of high capitalism**. Londres: New Left Books, 1973.
- BRADLEY, B. Infancy as paradise. **Human Development**, n. 34, p. 35-54, 2001.
- BUCK-MORSS, S. O flâneur, o homem-sanduiche e a prostituta: a política do perambular. **Espaço e Debates**, X, n. 29, 1990. p. 9-31.

CASTRO, L. R. **Subjetividade e cidadania**: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2001.

CASTRO, L. R. O que querem da cidade as adolescentes? **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 49, n. 4, p. 79-93. 1997.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KAUFMAN, F. X. **Zukunft der familie**. München: Beck, 1990.

LUHMAN, N. Das kind als medium der erziehung. **Zeitschrift für Pädagogik**, v. 37, n. 1, p. 19-40, 1991.

QVORTRUP, J. Nine theses about childhood as a social phenomenon. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Childhood as a social phenomenon**: lessons from an international project. Vienna: European Centre, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SULZBACH, L. **A invenção da infância**. M. Schmiedt Produções, 26 min., NTSC, 2000.

WILLIAMS, R. **Culture and society**. Londres: Verso, 1978.

WINTERSBERGER, H. Crianças como produtoras e consumidoras: sobre o significado da relevância econômica das atividades das crianças. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2001.